



BOLETIM DA

aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

MARÇO/1990

Núcleos da AEPET mobilizam-se em defesa das estatais

O tema "privatização" foi a tônica dos debates travados durante a última reunião dos núcleos regionais da AEPET no último dia 10 de março. Em cada núcleo começa a ser articulada ampla campanha em defesa das estatais produtivas envolvendo outras entidades da sociedade civil. Os núcleos da AEPET têm conquistado maior espaço na imprensa e organizado debates para analisar este assunto, que parece ser um dos pontos principais da política econômica do Governo Collor. Pág. 7



Entidades civis com Bernardo Cabral

O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, indicado interlocutor do novo Governo com a sociedade civil e com o Congresso Nacional, recebeu no último dia 25 de janeiro dezenas de entidades que integram o Movimento em Defesa da Economia Nacional. O encontro foi organizado pelo presidente do movimento, jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Bernardo Cabral recebeu amplo material defendendo as empresas brasileiras e as estatais. Págs. 4 e 5



Bernardo Cabral (C) recebe entidades civis

Em debate: a contratação de empreiteiras pela Petrobrás





Metanol: Muita discussão, pouco resultado

Tão logo o Governo anunciou sua intenção de importar metanol para suprir a falta de álcool no mercado brasileiro, a AEPET foi procurada pela imprensa e por diversas entidades civis para se manifestar sobre o assunto. Na verdade, desde 1986 a AEPET vem advertindo o Governo sobre os riscos de um colapso no abastecimento de combustíveis no País e sugerindo uma série de alternativas para evitar a crise que hoje, infelizmente, se agrava.

Entretanto, ao invés de agir, preventivamente, o Governo optou pela saída mais cômoda e simplesmente se omitiu, deixando que os usineiros ditassem as regras do mercado interno de combustíveis, a ponto de suspenderem as entregas do álcool em função de suas conveniências momentâneas. Hoje, como sabemos, é mais lucrativo exportar açúcar para um mercado bastante atrativo do que servir à frota de 4 milhões de carros a álcool que circulam no País.

Instalada a crise, o Governo decide, então, adotar medidas paliativas, como, por exemplo, importar o metanol. A princípio, a AEPET não tem nada contra o uso do produto. Não é esta a questão mais importante. O que deve ser discutido agora é a maneira irresponsável pela qual o Governo está tratando a crise do álcool, encobrindo os erros dos usineiros e negando a sua própria responsabilidade no controle da execução do Proálcool.

Entendemos que para o Brasil transformar-se em um usuário do metanol seria necessário realizar inúmeras pesquisas sobre os riscos que o produto poderia causar à população e ao meio-ambiente, tomar providências quanto à utilização de equipamentos especiais por parte dos frentistas, promover adaptações nos veículos e nas garagens subterrâneas para evitar maior exposição dos indivíduos ao metanol.

Vale lembrar que os Estados Unidos estão utilizando o metanol, em caráter experimental, em uma frota cativa de veículos que, por sua vez, são abastecidos em postos especiais. Tudo isso para verificar as condições de uso do produto, a ser consumido no mercado norte-americano dentro de cinco anos. Afinal de contas em nenhum País do mundo os riscos do metanol foram totalmente testados a ponto de permitir que se desenvolvesse uma bibliografia sobre o assunto.

Por outro lado, mesmo que o Brasil estivesse completamente preparado para utilizar o metanol, sabemos que nem assim a crise seria solucionada. Por uma irônica coincidência, a quantidade de metanol que se pretende importar - 300 milhões de litros - é exatamente a quantidade de álcool que os usineiros estão transformando em açúcar para vender ao mercado externo. Enquanto isso, a Petrobrás continua exportando gasolina.

O Proálcool, concebido de forma megalô-

mica, precisa ser reajustado às necessidades reais do mercado brasileiro. Os proprietários de veículos a álcool não têm culpa dos atos irresponsáveis do Governo e dos usineiros. Eles precisam ser atendidos, assim como o Proálcool precisa ser revisto.

AEPET debate metanol

Desde que o debate sobre o uso do metanol no mercado interno de combustíveis foi aberto à população, a AEPET vem participando de palestras e entrevistas à imprensa. Conforme divulgado em Boletim Extra, a AEPET assinou um documento junto com os Sindicatos dos Químicos e dos Petroleiros advertindo sobre os riscos da utilização do metanol - produto altamente tóxico - sem as devidas precauções necessárias.

Ao lado de representantes de entidades ecológicas, do Conselho Nacional do Petróleo e do superintendente do CENPES, Guilherme Estrela, o presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, participou de um debate no Senado Federal em dezembro último. Em meados de dezembro a AEPET também esteve presente em um seminário da Coppe, ao lado de representantes da Sopral, Copersucar, USP e Cetesb.

À convite da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, o presidente da AEPET participou, também, de um debate na Câmara Municipal de São Paulo.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS

**Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 - Centro CEP: 20031
Tel: 2204774**

**Telex.: (21) 40167
CGC.: 34.131.870/0001-11
Insc. Munic.: 428.078-00**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Diomedes Cesário da Silva
Tel: 598-6242 598-6226
Vice-Presidente
Fernando Leite Siqueira
Tel: 534-2550 534-1175
Diretor de Patrimônio
Alexandre Guilherme de O. Silva
Tel: 534-2282 262-6684
Vice-Diretor de Patrimônio
Hildebrando José Campos
Gonsales

Tel: 296-5131 R.: 402/404/420
Diretor de Comunicações
Ricardo Moura de A. Maranhão
Tel: 534-1009 534-2898

Vice-Diretor de Comunicações
Felipe Leite e Antunes
Tel: 534-4477 R.: 4851

Diretor de Pessoal
Heitor Manoel Pereira
Tel: 534-1944 262-0871

Vice-Diretor de Pessoal
Carlos Soligo Camerini
Tel: 598-6526

Diretor Cultural
Marcos Aurélio Latgé
Tel: 534-1338 534-1341
Vice-Diretor Cultural
Marcia Amaral Estevão dos Santos
Tel: 598-6734 534-6730

CONSELHO FISCAL

Efetivos
Argemiro Pertence Neto
Tel: 534-1711 534-1712

Carlos Augusto D. Brandão
Tel: 534-2256 534-2254
Edson Luiz Megale Vale
Tel: 232-7181

Suplentes

Rosalinda Chedian Pimentel
Tel: 534-2168
Sydney Reis Santos
Tel: 534-2757 534-4804
Hildo Francisco Henz
Tel: 534-4477 R.: 2063

Boletim da AEPET
Jornalista Responsável:
Teresa Garcia
Mtb 16319

Diagramação, Composição e
Arte
RAMA ARTES GRÁFICAS
Rua Evaristo da Veiga, 16/s-504
- Tel.: 262-9906

Nas manchetes dos jornais

O jornal ÚLTIMA HORA abriu manchete de primeira página para divulgar a decisão da AEPET de enviar à Câmara Federal uma representação denunciando irregularidades e ilegalidades praticadas pelo Governo em

detrimento da saúde financeira da Petrobrás.
A representação, assinada por dezenas de entidades civis, também foi entregue ao presidente do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghisi, que manifestou-se

contrário à "desastrada política econômica a que vem sendo submetida a Petrobrás".
Confira a reportagem do jornal ÚLTIMA HORA e o telex enviado pela AEPET ao ministro Adhemar Ghisi.

■ COTAÇÕES: BTN: NC\$ 10,9518. BTN fiscal: NC\$ 12,0487. Salário mínimo: NC\$ 1.289,95. Uoluf fiscal: NC\$ 194,08. Taxa de exportação: NC\$ 38,98. UIC: NC\$ 119,21. Ulei: NC\$ 137,70. MVR: NC\$ 199,62. Caderneta de consumo: 54,52%. IPC: 53,55%. Deflação do dia: 1,128,6935. O grama de ouro foi negociado a NC\$ 342,00 para compra e NC\$ 346,00 para venda. Dólar oficial: NC\$ 12,677 para compra e NC\$ 12,540 para venda. No mercado paralelo: NC\$ 28,20 para compra e NC\$ 28,70 para venda. Dólar turismo: NC\$ 27,00 para compra e NC\$ 29,00 para venda.

Última Hora

Ano XXXIX — Rio de Janeiro, terça-feira, 9-1-90 — N.º 13.016

■ Jaqueline excluída do processo de Carlos Diniz
Página 8
■ Proderj começa a enviar DUT a partir do dia 15
Página 6
■ Estado vai investir mais US\$ 100 milhões na Baixada
Página 6

Associação denuncia boicote à Petrobrás

Em representação enviada à Câmara Federal, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás denuncia o boicote à empresa, que está acumulando vultosos prejuízos e perdendo capacidade de investir em pesquisa e produção. A crise é tão grave que ameaça a manutenção do monopólio estatal. Pág. 3

Engenheiros denunciam o boicote à Petrobrás

CARLOS NEWTON
Especial para UH

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) enviou representação ao deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Federal, denunciando um boicote à empresa, que está inviabilizando sua atuação como empreendimento comercial e ameaça a própria manutenção do monopólio da União.

A denúncia da Aepet já conquistou o apoio de

importantes entidades e organizações, entre as quais a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira de Geofísica, a Federação Nacional dos Engenheiros, a Associação dos Empregados da Vale do Rio Doce, o Instituto de Desenvolvimento de Estudos Políticos e Sociais, a Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e as associações de empregados da Cobra e da Companhia Siderúrgica Nacional.

Na representação enviada à Câmara, os engenheiros da Petrobrás lembram que, com relação aos preços de venda

dos derivados de petróleo e gás, a legislação vigente dispõe sobre a matéria com cuidado e profundidade, objetivando assegurar a rentabilidade do parque de refino nacional e manter a capacidade de investimento indispensável ao cumprimento das normas constitucionais e legais que, por sua relevância para o País, erigiram aquelas atividades em monopólio da União.

"Ocorre que, principalmente a partir do chamado Plano Cruzado II, os preços dos derivados de petróleo produzidos pela Petrobrás vêm sofrendo uma brutal com-

pressão, inviabilizando a atuação da empresa como empreendimento comercial, porquanto tais preços, fixados em níveis artificialmente baixos, são inferiores aos preços da matéria-prima mais as despesas de produção e transporte, ou seja, o Governo está impondo à Petrobrás operar com inevitáveis prejuízos, os quais vêm-se acumulando" — adverte a Aepet.

Assinalam os engenheiros da Petrobrás que, assim procedendo, as autoridades estão descumprindo os dispositivos constitucionais que estabeleceram o monopólio em favor da União.

Citando os Decretos 61 e 1.599, que regulam a fixação de preços para assegurar a rentabilidade do parque nacional de refino, a direção da Aepet denuncia que "o comentário é fastidioso, pois a desobediência a uma política real de preços dos derivados é quase literal".

"Na prática, tal política suicida não está baixando os índices inflacionários, mas sim conduzindo à insolvência a maior empresa estatal do País e do continente" — advertem os engenheiros, na representação enviada ao deputado Fernando Gasparian.

Telex enviado ao presidente do Tribunal de Contas da União, Adhemar Ghisi

Exmo. Sr. Ministro
Adhemar Ghisi
D.D. Presidente do Tribunal de Contas da União
Telex (061) 1064
Brasília - DF

Estamos nos dirigindo ao eminente ministro trazendo o sentimento dos nossos cinco mil e trezentos associados, profissionais de ní-

vel superior do sistema Petrobrás, para expressar nossos agradecimentos e congratulações em razão do corajoso e muito oportuno voto de Vossa Excelência, proferido em 14.12.89, denunciando à nação a "desastrada política econômica a que vem sendo submetida a Petrobrás em desrespeito às mais elementares regras da atividade mercantil" e recomendando aos ministros da Fazenda, dos Transportes, das Minas e Energia e da Indústria e Comércio providências para liquidação dos débitos de entidades governamentais com a Petrobrás. Saldados aqueles débitos a Petrobrás terá condições de recolher o que deve ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, atendendo à recomendação constante do pronun-

ciamento de Vossa Excelência. Aproveitamos o ensejo para solicitar o apoio de Vossa Excelência objetivando rápida apuração das outras irregularidades e ilegalidades apontadas ao Tribunal de Contas da União por entidades da sociedade civil e parlamentares, conforme processo número 13.351-89-3, atualmente na Nona Inspeção Geral de Controle Externo. Tais desacertos, inviabilizando financeiramente a Petrobrás, ameaçam transformar em letra morta o princípio constitucional do monopólio estatal do Petróleo, consignado no artigo 177 da Carta de outubro/88. Cumprimentos atenciosos. Diomedes Cesário da Silva, Presidente AEPET — Associação dos Engenheiros da Petrobrás.



Maranhão (E) discursa ao lado do jornalista Hélio Fernandes, do ministro Bernardo Cabral e do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

Ministro Bernardo Cabral recebe entidades civis

Fotos: Luciano Alves

Preservar as empresas estatais estratégicas e desenvolvimentistas. Expor à sociedade brasileira o projeto de privatização a ser adotado pelo novo Governo, permitindo um amplo debate sobre o assunto. Evitar que empresas estatais fundamentais à soberania brasileira e indispensáveis ao desenvolvimento nacional sejam alvo de um projeto radical de privatização, correndo o risco de transferir seu controle para o capital estrangeiro.

Em síntese, estas foram as principais mensagens transmitidas ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, pelos representantes das entidades civis que integram o Movimento em Defesa da Economia Nacional, durante encontro realizado no último dia 25 de janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa.

Bernardo Cabral ouviu de representantes de dezenas de entidades civis as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas estatais, explicadas, pela maioria, por uma injusta política governamental que comprime preços e tarifas e submete as empresas públicas ao interesse do capital privado. O ministro da Justiça, indicado interlocutor do novo Governo com a sociedade civil e com o Congresso Nacional, recebeu também diversos dossiês sobre os problemas financeiros e administrativos das estatais.

Em seu discurso, Bernardo Cabral lembrou os tempos sombrios do regime militar, quando teve seus direitos políticos cassados e exaltou a figura do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Movimento em Defesa da Eco-

nomia Nacional, que lutou ao seu lado em defesa da democracia. Afirmou que enquanto estiver respondendo pelo ministério da Justiça lutará para que episódios deploráveis como a censura à imprensa jamais se repitam no País. Destacou que o Governo Collor travará com a sociedade brasileira "uma conversa franca e que as medidas que deverão ser tomadas serão anunciadas a priori".

Após ouvir o depoimento dos representantes das entidades civis - em um encontro que durou duas horas - Bernardo Cabral disse não fazer parte de uma casta política que faz promessas. "Prefiro assumir compromissos", ressaltou. Comprometeu-se, então, em levar o material sobre as estatais ao presidente Fernando Collor de Mello e buscar soluções.



Pronunciamento do Diretor de Comunicação da AEPET, Ricardo Maranhão:

"A Petrobrás, maior empresa estatal da América Latina, a maior conquista do povo brasileiro no campo econômico, vive a maior crise financeira de sua história. Crise esta que resulta dos desacertos na política de preços de tarifas públicas praticada pelo Governo. Os débitos de empresas públicas com a Petrobrás ultrapassam US\$ 500 milhões; a Companhia é forçada a subsidiar setores como o alcooleiro e o petroquímico. Além disso, durante muito tempo forneceu combustíveis às distribuidoras com prazos dilatados, sem a devida compensação financeira.

Depois de apelar, sem resultados, ao Governo para que elimine estas distorções, a AEPET e mais cinquenta entidades civis entraram com uma representação junto ao Congresso Nacional denunciando estes desacertos, estas ilegalidades que inviabilizaram a Petrobrás financeiramente e que ameaçam transformar em letra morta o monopólio estatal do petróleo, garantido pelo artigo 177 da Constituição brasileira. A mesma representação foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União, subscrita por dezenas de entidades civis e parlamentares.

Por força da nossa atuação, o Congresso Nacional acolheu iniciativa da deputada Agigail Feitosa (endossada por 199 parlamentares) instituindo, em 13 de novembro de 1989, uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista para investigar a crise financeira da Petrobrás.

Estamos certos de que Vossa Excelência, em coerência com seu passado, não negará seu apoio para que a C.P.I seja concluída o mais rápido possível, e que o novo Governo não negará apoio à Petrobrás para que ela possa exercer sua obra de engrandecimento e de libertação do Brasil.

As entidades presentes: Associação dos Empregados da Vale do Rio Doce - Associação dos Empregados da CSN no RJ - Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Associação dos Funcionários do Banco Central - Associação dos Funcionários da Cobra - Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil - Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional - Campanha Nacional para o Desenvolvimento e Defesa da Amazônia - Conselho Federal de Medicina - Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - Clube de Engenharia - Federação Nacional dos Médicos - Ordem dos Advogados do Brasil (RJ) - Sindicato dos Jornalistas (RJ) - Sindicato dos Professores (RJ) - Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais - Sociedade Grupo Ecológico Frente Verde.

Personalidades presentes: Jurista e desembargador Osny Duarte Pereira, jornalista Hélio Fernandes e Dr. Rex Nazareth, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.



Ricardo Maranhão entrega o documento da AEPET ao ministro Bernardo Cabral

Manifesto entregue pela AEPET a Bernardo Cabral

Senhor Deputado;

Estamos encaminhando a Vossa Excelência cópia da REPRESENTAÇÃO, entregue à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, na qual diversas entidades da sociedade civil denunciam ao Congresso Nacional irregularidades e ilegalidades que, inviabilizando financeiramente a PETROBRÁS, ameaçam transformar em letra morta o princípio constitucional do monopólio estatal do petróleo, consignado no Artigo 177 da Carta de outubro de 1988.

2. Entregamos, também, a Vossa Excelência cópia de documento dirigido ao Tribunal de Contas da União no qual entidades civis e parlamentares pedem a apuração das mesmas irregularidades e ilegalidades.

3. Por oportuno, informamos que o Congresso Nacional, acatando proposta da Deputada Abigail Feitosa, subscrita por mais de 180 parlamentares, decidiu constituir Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, já instalada, para apuração daqueles desacertos e adoção de medidas urgentes visando ao saneamento financeiro da PETROBRÁS.

Na certeza de que aquelas iniciativas contarão com o apoio de Vossa Excelência, coerente com o seu passado, bem como do Presidente eleito, Fernando Collor, que tem manifestado publicamente o seu desejo de rigoroso cumprimento da Constituição, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão

Diretor de Comunicações

AEPET — Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS

Com a palavra, a sociedade civil

"Da nossa parte não serão regateados aplausos nem censuras ao novo Governo, toda a vez que ele se aproximar ou se afastar dos interesses nacionais".

Barbosa Lima Sobrinho

Associação Brasileira de Imprensa

"Manifestamos nossa preocupação com o modelo privatizante que vem sendo imposto na área de saúde. É um golpe às conquistas da sociedade, que tem por direito atendimento médico e hospitalar garantidos pelo Estado".

Crescêncio Silveira

Conselho Federal de Medicina

"Há uma clara tentativa de desmoralizar a Companhia Siderúrgica Nacional diante da opinião pública para, em seguida, sucateá-la".

Olga Telles

Associação Empregados CSN no RJ

"A escola hoje está longe de significar o que ela deve representar para o Brasil. Fazemos um apelo para que a escola pública seja garantida à sociedade".

Gilson Puppin

Sindicato dos Professores

"Esperamos do novo Governo: a adoção de uma política econômica que garanta o poder de compra; a preservação do princípio de moralidade e o investimento da infraestrutura do poder judiciário".

Cândido de Oliveira Bisneto

Ordem dos Advogados do Brasil - seção RJ

"As empresas brasileiras estão massacradas pela falta de mercado, pela recessão e pela inflação, que tiram a capacidade de compra do povo brasileiro".

Hildebrando Góes Filho

Clube de Engenharia

"O Governo eleito tem enfatizado o seu projeto de privatização. A nossa disposição é lutar pela defesa da economia nacional porque as multinacionais não descansam".

Maria Augusta Tibiriça Miranda

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

Diretorias divulgam planos

As diretorias de Pessoal e Cultural da AEPET anunciam nesta edição seus planos de trabalho para o biênio 90/91. Confira.

DIRETORIA CULTURAL

1. Estatutos, Artigo 53 — Compete a Diretoria Cultural:

- a) dirigir as atividades culturais da Diretoria;
- b) programar e coordenar seminários, palestras, concursos, exposições, convênios e cursos de interesse dos associados, aprovados pela Diretoria;
- c) organizar e controlar a Biblioteca da AEPET;
- d) contatar outras entidades, de acordo com o Presidente;
- e) assinar com o Presidente os documentos da área;
- f) comparecer e votar nas reuniões da Diretoria e do Conselho.

2. Programa de Trabalho Proposto pela Chapa (simplificado):

- a) em defesa da Petrobrás e das Estatais estratégicas e desenvolvimentistas;
- b) contra a privatização da Petrobrás e de suas Subsidiárias;
- c) em defesa do Monopólio Estatal do Petróleo;
- d) em defesa do Corpo Técnico;
- e) participação dos associados:
 - criação de Grupos de Estudos;
 - palestras, debates, reuniões ampliadas e seminários;
 - realização de pesquisas.

3. Programa de Trabalho da Diretoria Cultural para 1990:

O programa básico proposto pela Chapa em Defesa da Petrobrás será a base do Programa de Trabalho da Diretoria Cultural. Também consideramos importante uma reavaliação dos programas efetuados pelas diretorias anteriores que servirá de subsídio na correção de rumos das não-realizações (cursos, seminários, biblioteca, contato com outras entidades, convênios, etc.).

Nuuma primeira fase, será criado um Grupo de Trabalho para Ação Geral da Diretoria Cultural (tendo como exemplo da Diretoria passada, o GT de Pessoal), que viabilizará a coordenação dos diversos GT's e das atividades técnico-culturais da AEPET. Este GT formulará uma pesquisa dirigida aos associados com o objetivo de complementarmos, de modo mais abrangente e regionalizado, as atividades da área Cultural.

Com atuação descentralizada da AEPET, a área Cultural está se programando para um maior estreitamento de todas as atividades junto às Diretorias Culturais dos Núcleos, tanto na formação/extensão dos GT's, quanto na programação e divulgação dos eventos.

a) **Grupos Trabalhos-Estudos:** manutenção dos GT's que estavam sob a coordenação da Diretoria Cultural anterior e criação de novos grupos que analisarão os problemas mais atuais do Monopólio Estatal do Petróleo-Defesa da Petrobrás (Corpo Técnico — Diretoria de Pessoal):

- a política de combustível: o Pró-Álcool e a Petrobrás;
- a atual crise financeira e o plano estratégico da Petrobrás;
- a autonomia de gestão;
- divulgação externa do Monopólio Estatal do Petróleo;
- o Sistema Petrobrás e a privatização;
- a descentralização na Petrobrás.

90/91



b) **Palestras-Debates-Atos Públicos Almoços:** através da realização destes eventos é que a Diretoria Cultural estabelecerá a sua principal linha de atuação com os associados, demais empregados da empresa/subsidiárias e entidades afins, tal como já vem sendo realizado pela entidade. Pretende-se realizar o mínimo de um desses eventos por mês, abrangendo os temas dos GT's acima e os programas das demais Diretorias (em especial) a de Pessoal: Carreira Técnica, Critérios de Avaliação, Ação Sindical, etc.).

A divulgação destas atividades para os Núcleos, através de vídeo, será intensificada.

c) **Biblioteca da AEPET:** consideramos a memória da AEPET de fundamental importância; para isto contaremos com o auxílio do grupo de associados bibliotecários(as).

d) **Contato com outras entidades:** a articulação com a Sociedade Civil Organizada será efetuada de modo semelhante ao da Diretoria anterior (contando com o apoio especial da Diretoria de Comunicação).

e) **Outras Atividades:** participação da entidade (tanto financeira quanto na produção) no programa PAPO LIVRE, da Rádio Continental, que é produzido pelos colegas Gutman e Castilho.

DIRETORIA DE PESSOAL

1. A Diretoria de Pessoal, pretende atuar em cinco grandes linhas

Ação visando ao aspecto de relação de trabalho entre profissionais de nível superior e a empresa. Nesta área deverão inicialmente ser organizados seis GT's, para concluir uma série de atividades que já se encontram na reta final. Cada grupo de trabalho constará de cinco membros, sendo um coordenador e outro relator.

- 1.1) GT sobre PL
- 1.2) GT avaliação de desempenho
- 1.3) GT sobre carreira técnica
- 1.4) GT sobre RG
- 1.5) GT sobre adicionais diversos. (Obs.: coordenação do núcleo Bahia)
- 1.6) GT sobre recuperação do poder de compra dos salários.
- 1.7) GT sobre isonomia salarial do Sistema Petrobrás
- 1.8) GT sobre horário flexível do CENPES
- 1.9) GT sobre horário flexível no Edifício Mal. Horta Barbosa

2. Campanha de filiação

Pretendemos desencadear uma campanha de filiação que alcance todos os profissionais de nível universitário do sistema Holding Petrobrás.

- 2.1) GT filiações nos departamentos com seis pessoas
- 2.2) GT filiações nos serviços com doze pessoas
- 2.3) GT filiações nas Subsidiárias com seis pessoas
- 2.4) GT filiações dos aposentados.

3. Ação Sindical

Na área sindical pretendemos um contato mais estreito com os 19 sindicatos dos Petroleiros, criando uma comissão sindical onde cada membro da comissão cuidará de manter contato com cinco sindicatos, de modo que a comissão terá um coordenador e um relator.

- 3.1) GT sobre Plano de Contingência no caso de greve.
- 3.2) GT sobre a definição do papel dos profissionais de nível superior, notadamente nos cargos de chefia.

4 Atividade Recreativa.

Deverá ser criada uma comissão para executar um programa previamente aprovado pela diretoria no sentido de realizar festas, almoços, etc de modo a promover uma maior integração entre associados e os familiares.

5 Ação em atividades específicas.

- 5.1) GT para estudar um projeto de lei que assegure maior autonomia de Gestão das Estatais.
- 5.2) Estudar os diversos problemas apresentados pelos associados.

Conselho de Representantes da AEPET reúne-se no Rio de Janeiro

Representantes de quase todos os núcleos regionais e associações de engenheiros profissionais conveniadas estiveram presentes na reunião do Conselho de Representantes da AEPET no último dia 10 de março, no Clube de Engenharia. Desta vez só não puderam comparecer os núcleos de Natal e Aracaju e a Associação de Minas Gerais.

No dia 9 de março, os membros do Conselho de Representantes estiveram na Petrobrás assistindo à palestra do superintendente do SERPLAN, José Silveira, sobre o Plano Estratégico da Companhia para os próximos dez anos.

Deliberações

A primeira reunião do Conselho de Representantes da AEPET de 1990 foi aberta pela exposição de cada conselheiro sobre as atividades de seu núcleo. Esteve presente o representante do núcleo da BR, ainda em formação, Rogério Farah, que informou estar aguardando apenas aprovação dos estatutos para formalizar o registro do núcleo.

Mensalidades

— Foi debatida a necessidade de revisão estatutária para corrigir defasagens na arrecadação de recursos por parte dos núcleos. Este problema foi levantado em virtude das dificuldades financeiras que alguns núcleos vêm enfrentando, principalmente os pequenos. Para estes, hoje é insuficiente o repasse de apenas 0,3% da mensalidade dos associados.

Ficou decidido que permanecerá a relação 0,3% (AEPET) e 0,3% (núcleos), uma vez que foi aprovada em assembléia de revisão dos estatutos. Até que seja convocada nova assembléia para rever esta questão, os representantes dos núcleos se responsabilizaram por enviar à AEPET uma proposta orçamentária para 1990. A partir da análise de cada proposta pela diretoria de patrimônio serão estudadas alternativas para corrigir eventuais defasagens no montante de recursos arrecadado por alguns núcleos.

Adicional Regional

O núcleo da Bahia convidará um advogado para debater com seus associados a questão do adicional regional. A partir deste debate serão tomadas providências no sentido de mover ação judicial. Foram levantadas distorções provocadas pelo adicional regional em Mossoró, Guamaré, Macaé e no Espírito Santo.

Foi solicitado a todos os núcleos enviarem documentos sobre este tema para a diretoria de Pessoal da AEPET.

Petros

O presidente da Associação do Rio Grande do Sul, Paulo Klein, apresentou um trabalho de análise da situação da Petros, incluindo algumas sugestões para que a entidade não se inviabilize financeiramente. O trabalho será encaminhado à direção da Petros e aos sindicatos. Entre as sugestões apresentadas está a inclusão, na diretoria da Petros, de um representante dos empregados.

Foi sugerida, também, a presença do atual representante dos empregados no Conselho da Petros na reunião do Conselho de Representantes

para prestar esclarecimentos sobre a situação atual da entidade.

Crise Financeira da Petrobrás

Foi relatada ao Conselho de Representantes a ação da AEPET junto à imprensa, às entidades civis e ao Congresso Nacional em defesa da saúde financeira da Petrobrás. Os representantes dos núcleos regionais expuseram as atividades que cada um vem desenvolvendo para denunciar as artimanhas da política governamental contra a Petrobrás. O núcleo da Bahia, por exemplo, está se articulando com outras entidades civis numa ampla campanha em defesa das estatais.

Foi enfatizada a necessidade de comunicação entre os núcleos, repassando informações e idéias. Ficou decidido que cada núcleo enviará para a AEPET todos os artigos e reportagens publicados na imprensa local.

Ainda sobre a defesa da Petrobrás, a direção da AEPET informou que o jornal ULTIMA HORA, do Rio de Janeiro, pretende realizar um seminário dentro de aproximadamente dois meses sobre estatais produtivas. A convite da direção do jornal, a AEPET irá preparar o temário sobre o setor petróleo, sugerindo assuntos e nomes para debate.

Greve

— O presidente do núcleo de Duque de Caxias, José Freire, solicitou à AEPET que peça uma audiência ao diretor da Petrobrás, Roberto Villa, para debater a demissão de 32 empregados da REDUC durante a greve dos operadores.

— O presidente do núcleo da Bahia, Wellington Torres, denunciou favorecimentos por parte da Petrobrás aos empregados que não aderiram ao último movimento grevista. A alguns empregados que furaram a greve a Petrobrás concedeu folgas e até viagens, numa tentativa de presentear os que foram contrários à decisão da categoria, em assembléias realizadas pelos sindicatos. Casos semelhantes ocorreram em diversos outros locais, conforme relato dos participantes na reunião. Ficou decidido que a AEPET fará uma investigação destas denúncias.

— A proposta de elaboração de um Plano de Contingência entre as direções da Petrobrás e dos sindicatos voltou a ser debatida. Representantes dos núcleos insistiram na importância de este plano ser aprovado antes da próxima campanha salarial, de modo a evitar situações constrangedoras e indesejáveis aos engenheiros que, durante as greves, são pressionados pela direção da Companhia para executar tarefas do pessoal de nível médio.

Ficou decidido que a AEPET voltará a propor à Petrobrás e aos sindicatos a elaboração de um Plano de Contingência a ser executado o mais rápido possível.

Núcleo BR

O Conselho Deliberativo da AEPET, em reunião no Clube de Engenharia no último dia 10 de março, ao analisar a proposta de criação do Núcleo da AEPET-BR, aprovou os seguintes princípios básicos:

1 - É importante que os profissionais lotados na BR sejam sócios da AEPET.



2 - É necessário que os associados lotados na BR em cidades onde existam núcleos regionais participem ativamente desses núcleos.

3 - É fundamental que exista uma organização nacional da BR, que possibilite o tratamento das questões mais específicas de forma descentralizada, ágil e eficiente.

Assim sendo, e até que os estatutos da AEPET sejam revisados, o Conselho Deliberativo aprovou as seguintes orientações:

a) Todos os associados lotados na BR estarão automaticamente filiados à AEPET e ao núcleo BR.

b) Nas cidades onde existirem núcleos regionais da AEPET formalmente constituídos, os associados lotados na BR também serão automaticamente filiados a estes núcleos.

c) As mensalidades serão cobradas da seguinte forma:

- caso dos associados lotados na BR, no Rio de Janeiro ou em locais onde não existam núcleos regionais da AEPET: 0,6% do menor salário básico da linha de engenharia da PETROBRÁS em favor da AEPET.

- caso dos associados lotados na BR, nas cidades onde existam núcleos regionais da AEPET: 0,6% do menor salário básico da linha de engenharia da Petrobrás, dividido em duas partes, ou seja, 0,3% para a AEPET e 0,3% em favor do núcleo regional da AEPET da cidade onde o associado estiver lotado.

d) O núcleo da BR receberá da AEPET, para o exercício das suas atividades, 0,3% do menor salário básico da linha de engenharia da Petrobrás por associado (todos, inclusive dos distritos), ou seja, o valor equivalente ao percebido pelos demais núcleos da AEPET. Isto sem prejuízo de outros auxílios financeiros necessários que por ventura sejam aprovados pela diretoria executiva da AEPET.

e) O pagamento do estabelecido no item anterior deve ser retroativo a janeiro, época da constituição do núcleo BR, com autorização da diretoria executiva da AEPET.

f) Recomenda-se fortemente ao Profissional da BR que participe das associações conveniadas da AEPET, onde não houverem núcleos da entidade.

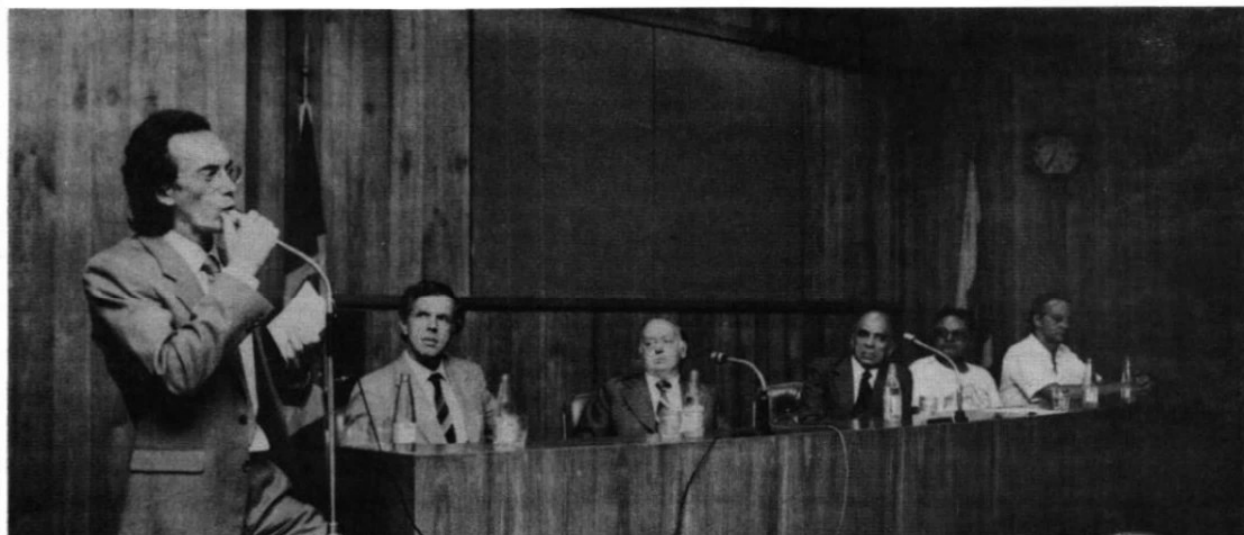
Na posse da nova diretoria, a preocup

Palavras de apoio às lutas travadas pela AEPET. Críticas à política governamental para o setor petróleo. Advertências sobre as teses de privatização anunciadas pela equipe do presidente eleito Fernando Collor de Melo. Entre discursos emocionados ou depoimentos proferidos com o tom de denúncias, a posse da nova diretoria da AEPET, em janeiro último, reuniu parlamentares, dirigentes sindicais e alguns diretores da Petrobrás, entre eles, o presidente Carlos Sant'Anna, em uma solenidade onde a tônica foi a preocupação com o futuro da Companhia.

A nova diretoria da AEPET, eleita para cumprir o mandato de dois anos (biênio 90/91) passa a ser presidida pelo engenheiro Diomedes Cesário da Silva, tendo como vice-presidente o engenheiro Fernando Siqueira. Em seu discurso de posse, Diomedes lembrou os objetivos estatutários da AEPET, como a defesa da Petrobrás, do monopólio estatal do petróleo e do Corpo Técnico da Companhia e atribuiu a imagem de seriedade e de respeito conquistada pela entidade ao seu caráter de combatividade.

O presidente da AEPET disse, ainda, que a entidade optou pelo caminho certo ao adotar uma postura suprapartidária, evitando tornar-se porta-voz de determinada corrente política. A AEPET, afirmou, deve representar o largo espectro do quadro de empregados de nível superior da Petrobrás. Na opinião de Diomedes a atual diretoria da AEPET deverá somar esforços para prosseguir a luta contra os ataques ao monopólio estatal do petróleo e contra as tentativas de debilitar a saúde financeira da Petrobrás, prejudicando a imagem da Companhia perante a opinião pública.

Fotos: Luciano Alves



Diomedes discursa na solenidade de posse. Na mesa, o pres. Clube Engenharia, Hildebrando Filho, o ex-deput. Euzébio Rocha, o pres. Petrobrás, Carlos Sant'Anna, o sindicalista Francisco Canavarro e o deput. Luís Salomão.

No discurso, a preocupação com a Petrobrás

Euzébio Rocha

ex-deputado federal

"Volto a me manifestar sobre o debate em curso da presença do Estado na economia, uma vez que a distorção da verdade trará desastrosas consequências para o País. É impossível, na realidade atual, afastar totalmente o Estado da economia, sem causar graves prejuízos ao desenvolvimento de setores essenciais.

Os governos, valendo-se do poder absoluto de controle sobre as estatais, de fato, contrariando os interesses nacionais, procuraram viabilizar suas políticas de curto prazo. As estatais foram subordinadas às necessidades de o País obter dólares para reciclar a dívida externa.

Apesar de todas as dificuldades, a Petrobrás é a empresa símbolo da nossa independência econômica. A Companhia tem petróleo e muito. Só falta a decisão política de investir."

Carlos Sant'Anna

presidente da Petrobrás

"Nos anos 90 a Petrobrás terá de enfrentar situações inusitadas, não somente no País como no exterior. E o Governo, seja de centro, direita ou esquerda, terá que demonstrar que a década de 90 não será perdida. Será preciso um grande esforço da sociedade brasileira e a Petrobrás é, com certeza, a estatal que tem mais condições de alavancar a economia nacional. A Companhia está mais amadurecida politicamente no que diz respeito às lideranças deste País."



ocupação com o futuro da Petrobrás

Diomedes aposta
na combatividade
da AEPET

Aprendizado

Ao deixar o cargo de presidente da AEPET, Antonio Maciel Neto disse ter vivido uma "experiência espetacular", junto à diretoria da entidade. Dentro de nossas limitações, disse, "acho que levamos os problemas do setor petróleo para ser debatido na sociedade civil e no Congresso Nacional". Durante as duas gestões em que presidiu a AEPET, Maciel acredita ter adquirido, nos relacionamentos travados em diferentes níveis, um aprendizado de "verdade, coerência, coragem e de dignidade".

Maciel lembrou as realizações da AEPET durante o período em que esteve à frente da entidade e agradeceu o apoio dos associados, da diretoria da entidade, das entidades da sociedade civil organizada, da classe política, da direção da Petrobrás e da imprensa que sempre apoiou as lutas da AEPET, dando destaque às atividades da entidade nos jornais.



O auditório do Clube de Engenharia ficou lotado na posse da nova diretoria da AEPET.

Luis Alfredo Salomão

deputado federal - PDT

"Devo dizer que a AEPET foi responsável pelo lobby mais eficiente, mais competente e mais democrático da Constituinte: o do monopólio estatal do petróleo (...)

O novo Governo se anuncia sob o furor privatizante, querendo copiar as experiências de países europeus, como a Inglaterra, por exemplo. Ora, a experiência da Inglaterra seria saudável para o Brasil, se repetida nos mesmos moldes. Lá democratizaram o capital das empresas estatais. Aqui são realizados leilões de cartas marcadas no mercado financeiro."

Francisco Canavarro

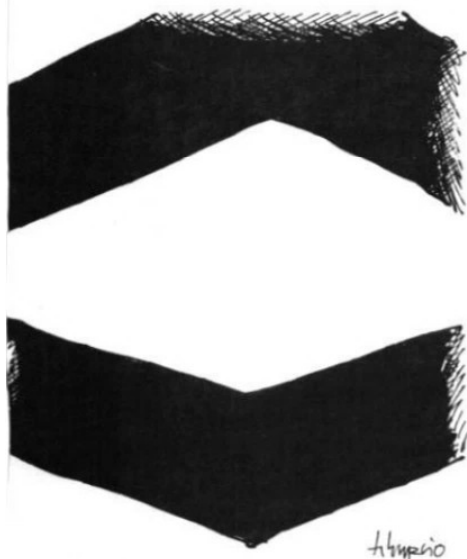
diretor SINDIPETRO RJ

"Todo aquele que trabalha na Petrobrás, do mais humilde ao mais graduado, sabe que a Companhia tem fomentado quase tudo neste País. Nós empregados, que sabemos cruzar os braços por melhorias salariais, já comunicamos à direção da Petrobrás a nossa disposição de deflagrar uma greve, se necessário, em defesa da empresa, do monopólio e de todas as estatais."

Hildebrando Goês Filho

pres. Clube de Engenharia

"Estamos preocupados com possíveis medidas de privatização. O que nos parece estar havendo é a tentativa de descapitalização de grandes Companhias, como, por exemplo, a Vale do Rio Doce, que é obrigada a vender minério a preços abaixo dos praticados no mercado internacional. É preciso delimitar por onde passará a linha de privatização do Governo Collor, porque até agora não há clareza sobre este tema."



Hilário

O que acontecerá com a Petrofértil?

A PETROBRÁS não será privatizada. Também não o serão as suas subsidiárias. Isto foi a promessa que o povo brasileiro conseguiu após muita luta, após a campanha promovida por nossa AEPET e diversas outras entidades que defendem os interesses nacionais.

Será isto realidade, ou será engodo? Logo após essa promessa, é divulgada a lista das empresas privatizáveis. Evidente é que lá não estava relacionada a PETROBRÁS nem a PETROFÉRTIL (subsidiária da PETROBRÁS).

Não! Não aceitamos esse paradigma, pois na relação das empresas privatizáveis apareciam, sem nenhum disfarce, as mais importantes e rentáveis controladas da PETROFÉRTIL. Pergunto agora: o que acontecerá com a PETROFÉRTIL depois que suas controladas forem privatizadas? Simplesmente será extinta (sem ter sido privatizada!...).

Não podemos ficar de braços cruzados assistindo a mais um descalabro ditado pelos grupos que detêm o poder econômico. Não podemos ficar de braços cruzados assistindo esses grupos adquirirem empresas estatais por um montante muitas vezes menor que seu valor patrimonial. E pagando apenas 20 ou 30% deste montante sendo o resto financiado pelo BNDES.

Na reportagem "Privatização ou doação?" de Barbosa Sobrinho publicado no Jornal do Brasil que 15/10/89 o BNDES é acusado de avaliar o patrimônio da Mafersa em 20,3 mi-



lhões de dólares quando na verdade este patrimônio seria de 150 milhões de dólares. A privatização seria realizada com um pagamento de 7 milhões e o restante 13,3 milhões de dólares financiados pelo próprio BNDES a juros de 12% ao ano.

Veja o que aconteceu com a Caraíba Metais: ela vendia seu produto a preço baixo estipulado pelo governo com pagamento em 30 dias, tendo evidentemente prejuízo ou lucros bem reduzidos. Logo após a sua privatização seus proprietários atualizaram o preço de seus produtos a nível internacional e diminuiu para 3 dias o prazo de pagamento.

Fórmula inteligente se obter lucros para

uma empresa, infelizmente não adotada pelo governo atual. Com essa fórmula a Caraíba terá excelentes lucros.

Não podemos aceitar a privatização das empresas estatais porque elas dão prejuízo. Ao invés de privatizar apliquemos a fórmula que seria adotada se essas empresas fossem privatizadas. Por que o governo só admite lucro nas empresas privadas? Queremos lucro nas estatais. Na PETROBRÁS lucro condizente com uma das maiores empresas de Petróleo do mundo.

A PETROFÉRTIL está ameaçada de extinção, pela privatização de suas controladas. E depois da PETROFÉRTIL? O alvo seriam as refinarias que dão excelentes lucros. Estas seriam privatizadas sem a privatização do DEPIN exatamente como ocorre agora com as unidades da PETROFÉRTIL.

Ou o alvo seria a BR? Como a privatização seria feita sem privatizar as subsidiárias da PETROBRÁS é detalhe de somenos importância. A criatividade de poder econômico acharia um jeitinho para isso.

O fato é que a promessa de não privatizar a PETROBRÁS e suas subsidiárias não está sendo cumprida. É necessário uma ação contínua para que se garanta a integridade da PETROBRÁS.

Em defesa da PETROBRÁS contra a privatização!...

Renato Lyra
RPBA/SEIEQ

Em Debate:

Venda das Ações da Petroquímica

A convite da AEPET o Diretor da Petroquímica, Helio Camarota, participou de um debate no auditório do EDISE no dia 11 de dezembro último sobre a venda das ações da Companhia. Na platéia, um número muito pequeno de empregados do Sistema Petrobrás fez com que o encontro se desenrolasse de maneira bastante informal. Inicialmente foram discutidas as questões abordadas pela AEPET em telex enviado ao vice-presidente da Petroquímica, em 16 de novembro de 89. Após a análise técnica da operação, a conversa dirigiu-se para temas de interesse mais amplo, envolvendo as questões de competitividade da petroquímica brasileira, suas peculiaridades e o papel representado pela Petrobrás e pela Petroquímica no seu desenvolvimento e consolidação.

Os representantes da AEPET reiteraram, durante o debate, a posição da entidade contrária ao subsídio à nafta petroquímica. Este produto vem sendo vendido às centrais petroquímicas a preços inferiores aos do petróleo importado. A posição manifestada por Hélio Camarota foi a de que tal benefício não é essencial às atividades da petroquímica brasileira. Segundo o diretor da Petroquímica isso pode ser verificado através das seguintes observações:

— No Brasil os preços dos produtos petroquímicos são controlados, logo o eteno, principal produto básico da indústria petroquímica, oscila seu preço no mercado interno em função do preço da nafta, observando uma re-

lação quase constante, eteno/nafta no Brasil, ao longo dos últimos 12 anos.

— A margem líquida do setor petroquímico se comporta indiferentemente aos preços praticados pela nafta no Brasil, razão do controle administrado dos preços pelo Governo. Conclui-se, portanto, que o menor preço da nafta tem sido repassado ao consumidor final ou absorvido pelos setores de ponta, não controlados pelo CIP.

— A petroquímica brasileira foi implantada com vistas ao atendimento do mercado interno. Conjunturas econômicas adversas, ocorridas em 1981, obrigaram os fabricantes nacionais a buscarem o mercado externo. Hoje a indústria petroquímica entende ser necessário destinar 20% de sua produção ao exterior, de forma a acomodar flutuações do mercado interno e a entrada em operação de novas unidades.

— Principalmente nos anos em que os mercados internacionais não são compradores, é importante que o preço da nafta compense os custos adicionais de frete decorrentes da localização geográfica do Brasil.

— A questão das exportações, entretanto, só pode ser analisada sob uma ótica integrada do Sistema Petrobrás e dos interesses do País, já que é necessário tirar proveito do valor agregado ao longo da cadeia produtiva que vai da nafta ao produto petroquímico final.

A petroquímica brasileira encontra-se em avançado estágio de desenvolvimento e com porte compatível com o padrão internacional. Assim, apresenta o setor maturidade que ga-

rante absorver um aumento do preço de sua matéria-prima, a nafta, na expectativa de que lhe seja assegurada rentabilidade adequada sobre o montante de investimentos realizados.

Essa decisão não cabe, porém, ao setor petroquímico ou à Petroquímica, mas sim aos principais gestores da política de preços dos derivados de petróleo.

Após estas observações questionou-se quem são os reais beneficiários dos baixos preços da nafta petroquímica, chegando-se à conclusão de que são os fabricantes (e seus acionistas) dos produtos finais, particularmente os exportadores e os consumidores (estes últimos quando o baixo preço da matéria-prima é considerado na composição do preço final).

Diante da complexidade das questões abordadas, o encontro encerrou-se com a sugestão por parte da AEPET de que se promovesse um debate para discutir a política de preços dos derivados, tendo a nafta como um dos itens da pauta. O diretor Hélio Camarota se dispôs a debater com a AEPET, quando melhor convier à associação.

O Resultado da Operação

A Petroquímica só conseguiu arrecadar US\$ 34 milhões com a venda de suas ações, sendo que deste total US\$ 20 milhões foram obtidos através da compra de ações realizada pela Petros. O objetivo, conforme posição da Petroquímica, era arrecadar US\$ 200 milhões. Foram gastos cerca de US\$ 2 milhões em publicidade!!



Vencendo a crise

Com o título acima, Thomas J. Peters e Robert H. Waterman, Jr. publicaram, em 1983, o livro que se tornaria o maior "bestseller" dos Estados Unidos, na área de gerência. Analisando as companhias americanas com melhor desempenho nas últimas décadas, os autores concluíram que essas empresas compartilham alguns princípios básicos de administração, cuja aplicação não só garantiu sua sobrevivência em mercados extraordinariamente competitivos mas, principalmente, viabilizou seu crescimento sustentado em uma época de incertezas e crises sucessivas.

Companhias com atividades tão distintas como Hewlett-Packard (alta tecnologia), Johnson & Johnson (bens de consumo), Mc Donald's (serviços), Bechtel (gerência de projetos) e Dow Chemical (pesquisa) têm em comum uma crença que serve de base a todos os princípios utilizados para o sucesso: ênfase no fator humano e valorização dos empregados. O desempenho dessas empresas — orientadas para pessoas e não somente para tarefas — demonstra que a elevação dos níveis de eficiência e eficácia de uma organização deve ser buscada através da mobilização de todos os empregados, integrando-os aos objetivos da companhia e partilhando com eles a responsabilidade e os benefícios do sucesso.

A crise atual por que passa a PETROBRÁS indica a necessidade de mudanças no estilo que vem sendo, tradicionalmente, adotado na Companhia. Vencido o desafio tecnológico, que constituiu a grande preocupação da empresa desde a sua criação, um salto qualitativo no futuro requer a aplicação de novos conceitos de administração para, através do crescimento e da valorização dos empregados — tratados como pessoas e não como recursos — elevar o nível de desempenho da Companhia; as experiências recentes na área da gerência participativa e a literatura mais atualizada sobre o assunto enfatizam a importância do fator humano no desempenho eficaz das organizações.

Como Superintendente de Empreendimento no Serviço de Engenharia (SEGEN/EMTRAM), estou tendo a oportunidade de participar de um programa de gerência participativa, em desenvolvimento na Sede do EMTRAM, no Rio de Janeiro, e nas obras localizadas em Manaus e Caxias. Os objetivos iniciais do processo visavam, apenas, elevar os níveis de participação, integração e motivação dos empregados, através da modificação de seu comportamento no trabalho. Após uma fase preliminar, que envolveu a preparação dos gerentes e a conscientização de todos os empregados, o trabalho evoluiu para a obtenção de resultados surpreendentes, quais sejam:

— Implantação da Administração Estratégica do EMTRAM;

— Adoção de um processo decisório partici-



pativo: maior delegação, descentralização das decisões, democratização da informação, visão global/integrada;

— Mudanças no comportamento de grande parte dos gerentes e subordinados: maior abertura, receptividade, desenvolvimento das relações interpessoais, administração de conflitos internos e externos, orientação para o trabalho em equipe, estímulo ao questionamento e à criatividade, elevação do nível de confiança mútua, automotivação, comportamento estratégico;

— Otimização de programas de investimento, condução de forma integrada com os usuários (REMAN, REDUC, SEDES e CENPES), com reduções de custo estimadas em US\$ 70 milhões;

— Maior comunicação, melhoria do ambiente de trabalho, redução do afastamento entre gerentes e subordinados, conscientização dos empregados quanto aos objetivos da PETROBRÁS e mobilização de todos na defesa da Companhia.

Esses benefícios, variáveis em grau e intensidade para cada empregado, assim como as falhas, dificuldades e resistências que acompanham qualquer tentativa de mudança significativa na atitude das pessoas, podem ser verificados na obra do EMTRAM/RJ, localizada na REDUC, em Caxias, cujo programa foi iniciado em novembro de 1988, sob condução do Eng. Hugo Rodrigues Pereira Bahia.

Trata-se de um processo de médio a longo prazo que, por estimular modificações no comportamento dos gerentes e subordinados, gera resistências naturais à sua implementação. A experiência do EMTRAM, ainda em fase inicial, permite, no entanto, a expectativa de maiores benefícios futuros, uma vez que os empregados vêm apresentando grande receptividade para mudanças que favoreçam o seu desenvolvimento e, como consequência, o aumento da produtividade e da eficácia; a ânsia de participação, o potencial de criatividade, a disposição para o trabalho em equipe e o desejo de colaborar na solução dos problemas do EMTRAM e da PETROBRÁS tornaram-se evidentes sempre que as oportunidades foram oferecidas aos empregados de qualquer nível.

Optando pela modernização de seu estilo gerencial, a PETROBRÁS poderá superar a crise atual e as dificuldades futuras, através da determinação de mudar e do compromisso com o desenvolvimento do potencial humano existente, trilhando o caminho sinalizado pelas empresas de melhor desempenho em todo o mundo.

Eugênio Miguel Mancini Scheleder — EMTRAM/SEDE - Tel.: 534-2350

Hugo Rodrigues Pereira Bahia —

EMTRAM/RJ - Tel.: 262-0277

Ricardo Moura Albuquerque Maranhão —

Gapre/Sede - Tel.: 534-1009



RÁPIDAS

Deu no jornal

Embora sejam grandes as divergências entre os eleitores de Collor e de Lula, em pelo menos um ponto eles estão de acordo: a Petrobrás é uma empresa eficiente. Esta constatação é o resultado de uma pesquisa de opinião pública realizada recentemente e divulgada pelo Informe JB.

Aliás, em pesquisa realizada pela DATAFOLHA, no Rio e em São Paulo, ficou evidente que a maioria das 1.799 pessoas consultadas aprova a gestão das grandes empresas públicas brasileiras e defende que elas permaneçam nas mãos do Estado. No caso da Petrobrás, 52% dos consultados a consideram muito eficiente, 27% um pouco eficiente e apenas 7% acreditam que a Companhia seja "nada eficiente". Outros 9% não souberam opinar.

Papo Livre

Por iniciativa de três associados da AEPET (o ex-presidente da entidade, Luis Fernando Gutman e os ex-diretores Sergio Rocha e Pedro Castilho) vai ao ar todos os dias, entre 18h e 19h pela Rádio Continental, o programa Papo Livre. Os três petroleiros, duplês de jornalistas, debatem temas políticos e econômicos e realizam entrevistas exclusivas com personalidades de destaque de diversas áreas.

Para manter o programa diariamente eles contam com a contribuição financeira de algumas entidades civis. Em fevereiro último a AEPET contribuiu assumindo o pagamento de uma cota de NCz\$ 8.548,40 (preço da época). Confira a qualidade do programa sintonizando a Rádio Continental-AM- e participando com perguntas e comentários pelo fone: (021) 233-1500

Estatais Produtivas

O jornal ÚLTIMA HORA pretende realizar entre abril e maio o I Fórum das Estatais Produtivas. Em pauta temas relacionados a empresas como Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, CSN, Telebrás, Eletrobrás, CEF. A AEPET foi procurada pela direção do jornal para dar apoio ao evento, sugerindo nomes de pessoas ligadas ao setor petróleo para debater o assunto.

A idéia é tirar um documento em defesa das estatais produtivas e encaminhá-lo ao novo Governo com a advertência de que estas empresas devem estar fora da lista das companhias privatizáveis.

De olho na imprensa

A edição de dezembro da revista QUÍMICA INDUSTRIAL dedicou seu editorial a uma das tantas incongruências brasileiras: o excesso de gasolina e a importação de metanol. O artigo, assinado pelo jornalista Francisco Alves, sustenta que querer sanar a falta de álcool com a importação do metanol é querer tapar o sol com a peneira.

O jornalista vai mais fundo e denuncia que o erro está no Proálcool "que foi um programa errado em suas metas, em seu esquema de comercialização, enfim, em suas estratégias".



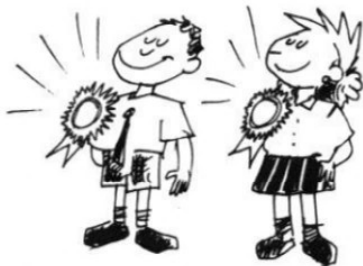
A Nova diretoria do núcleo da Bahia concentrou esforços nos dois primeiros meses de trabalho no sentido de reestruturar a entidade que já dispõe de nova sede, mais confortável, com secretária, telefone etc. Foi organizado um plantão de diretoria, de modo que a sede esteja funcionando diariamente, com a presença de um diretor, para atender aos associados.



A diretoria está se articulando com outras entidades da sociedade civil na Bahia para discutir os planos de privatização do Governo Collor de Mello e lutar contra as possíveis medidas que forem lesivas ao patrimônio público.



A diretoria da APNUPESP (Associação dos Profissionais de Nível Universitário da Petrobrás de São Paulo) foi eleita com 70% dos votos, assumindo a entidade com bastante credibilidade. Duas chapas concorreram às eleições.



O núcleo da AEPET de São Mateus, no Espírito Santo, instituiu um prêmio de rendimento escolar com o objetivo de melhorar o nível de ensino local.

A Associação do Rio Grande do Sul tem cobrado com insistência da superintendência local que responda aos ataques feitos à Petrobrás na imprensa.

O núcleo em formação da BR está em pleno vapor.



Protestos e esclarecimentos dos Petroleiros

AEPET-ES (Associação dos Profissionais de Nível Superior da PETROBRÁS no Espírito Santo), protesta contra o recrudescimento das hostilidades contra a comunidade "petroleira" do Município, que vem sendo estimulado por políticos oportunistas e retrógrados, sem qualquer visão do processo de desenvolvimento que ocorre em São Mateus.

A PETROBRÁS vem atuando e participando decisivamente do progresso do Espírito Santo desde 1957 com suas atividades de exploração de petróleo e gás natural. Esta atuação trouxe para o Estado a viabilidade energética para outras atividades econômicas importantíssimas. Esta atividade ajudou a desenvolver a agropecuária, via consumo dos seus produtos, construção e manutenção de estradas, rede elétrica, indenização de propriedades rurais pelo uso de alguns metros de terras nas instalações industriais necessárias à exploração econômica do óleo/ou gás descobertos. O comércio teve suas atividades expandidas e diversificadas graças às necessidades de consumo dos "petroleiros" e suas famílias e de todos que para cá acorreram em consequência do aumento das atividades da PETROBRÁS na região (médicos, dentistas, laboratórios e outros): O que antes eram simples mercearias/armarinhos viraram supermercados e magazines. Isto só para ficar no que todo mundo vê. E os restaurantes, bares, hotéis, casas de autopeças, oficinas e outras atividades, clubes, etc... que só se desenvolveram após a chegada da PETROBRÁS.

Portanto, a presença da PETROBRÁS no município, só trouxe progresso, desenvolvimento e riqueza para a região.

A AEPET-ES esclarece que todos os funcionários da PETROBRÁS são concursados e alguns são de alto nível de especialização, que trabalham com orgulho para a maior Empresa do Brasil, da América do Sul e está entre as vinte maiores do mundo.

Milhões de pessoas no Brasil, milhares no

Espírito Santo, e centenas de São Mateus gostariam de lá estar trabalhando.

Entretanto, de uns tempos para cá, os petroleiros têm sido vítimas de agressão e hostilidades absurdas, que, temos certeza, não contam com o apoio do cordial povo mateense. Do povo progressista de São Mateus.

MARAJÁS são aquelas pessoas sem a menor qualificação, que passam a ganhar altos salários devido ao parentesco ou conhecimento com políticos corruptos, enchendo repartições públicas, seja no município, no estado e todos os outros órgãos públicos. Logo não são MARAJÁS os funcionários da PETROBRÁS.

É claro que as pessoas têm tido até o direito de serem retrógradas (pessoas que não querem o progresso e acham que o trabalhador é seu escravo; incrível, em pleno 1990, quase 2000, ter gente que acha que São Mateus é o quintal da sua casa ou o quintal da sua fazenda) e reacionárias (pensam que o processo político é uma questão de valentia).

Ataques verbais, assaltos a residências, má qualidade de ensino, e outras más qualidades são constrangimentos que nós petroleiros estamos suportando, em nome da PETROBRÁS e do Brasil como um todo.

Agora, políticos irresponsáveis incitando a rebeldia e a insatisfação dos largos contingentes de despossuídos da região, contra a PETROBRÁS e seus funcionários, configura ação de vandalismo contra uma atividade de segurança nacional (exploração de petróleo).

A AEPET-ES espera que os segmentos esclarecidos e progressistas do povo mateense estejam atentos aos atos inconsequentes de indivíduos sem qualquer responsabilidade social.

**AEPET-ES — ASSOCIAÇÃO DOS PROFIS-
SIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA PETRO-
BRÁS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Artigo publicado na Tribuna do
Cricaré, de São Mateus.*

ATUAÇÃO NACIONAL

Vamos discutir a função de confiança?

Cada empresa, em sua dimensão jurídica e como gestora da produção, demanda cargos de natureza executiva e de mera supervisão. Entre estas funções existe uma interface nítida, que permite uma clara diferenciação das atribuições inerentes a cada função e mesmo as atribuições comuns a ambas. O recrutamento para preenchimento da função executiva normalmente é feito dentro do próprio quadro de empregados da empresa e/ou através de recrutamento externo (head hunter), sendo praxe que para a função de supervisão, o recrutamento seja feito com aproveitamento preferencial das revelações do próprio quadro de empregados da empresa. Sabe-se que tanto a carreira executiva como a de supervisão, mesmo que não esteja formalmente disposta pelas normas de recursos humanos da empresa, informalmente elas caminham em paralelo às demais carreiras (administrativa, técnica, operacional, etc).

O recrutamento dos cargos executivos, quando realizado diretamente do quadro de empregados da empresa, deve ter como critério e limites, o aproveitamento e desenvolvimento dos ocupantes das funções de supervisão, sendo selecionados estritamente pela competência. Quando a demanda, conhecendo a especificação do cargo, indicar ou recomendar que o recrutamento deva ser externo, a empresa deve valer-se de consultoria externa especializada em recursos humanos.

As atribuições que o ocupante da função de supervisão deve desempenhar, pela sua iniciação e nível hierárquico na empresa, são desprovidas de qualquer complexidade e não possuem praticamente nenhuma autonomia - podemos afirmar que é uma fase preparatória para o cargo executivo.

Por outro lado, a função executiva, no início da carreira, já requer pendor, adestramento e competência oriunda de formação adquirida.

Enquanto a função de supervisão se contenta com os limites dos manuais e instruções da empresa, a função executiva não tem limites próximo, sendo suas decisões tomadas com ampla autonomia e responsabilidade. A eficiência do Executivo deve ser medida pelos resultados obtidos, tendo como paradigma os objetivos previamente negociados - ousados e acordados.

Pelas considerações feitas, podemos concluir que deva existir uma política separada para os ocupantes das funções executivas, por se tratarem de autênticos prepostos da pessoa jurídica - o ente EMPRESA, que só tem razão social de existir se for representada. O contrato de trabalho dos integrantes dessas funções deve ser específico se recrutado no mercado ou ser aditado se recrutado diretamente do quadro de empregados da empresa.

A política de salários e benefícios dos Executivos deve ser elaborada e negociada em separado da dos demais empregados, que deve ser, e é, legal de legitimamente, representado pelo sindicato da categoria. Não deve haver discriminação, por qualquer classe, dentro destes contornos - é a regra de convivência que deve ser perseguida para uma composição harmônica e pacífica.



Os trabalhadores, e aí eu incluo os profissionais - engenheiros, economistas, administradores, advogados, médicos, etc, que embora apresentem baixo índice de sindicalização, mas já maduros e bem politizados, têm plena consciência para dispensar a tutela submetida até então pela classe dirigente e a entender como aceitável e real a situação exposta. O mundo está mudando não devemos permanecer na contramão: "Não há razão alguma para crer que a idade aperfeiçoa os seres humanos. A idade melhora as pessoas no que tem a ver com virtudes periféricas, como a prudência, a temperança e a sabedoria experimental. Mas a idade não melhora as pessoas no que elas têm de mais importante: no juízo de valor, nas considerações de ordem ética e moral. A inteligência e a posse do conhecimento suplantam qualquer experiência. Isto é simplesmente fantástico."

No Brasil, na Petrobrás, muitos conceitos foram e estão sendo distorcidos e já é tempo de recolocá-los em seus devidos lugares. Conceitos criados, formados e desenvolvidos durante este período obscuro que acabam de sair, métodos antiquados e ultrapassados que ainda vêm sendo praticados por pessoas que fizeram e desenvolveram suas carreiras ao longo deste período, ainda estão presentes entre nós - chega de engodo.

Neste período subsequente, em que a história insiste em ser real (sic), quem por qualquer razão, não procurar acompanhá-la ou ser contemporâneo, fatalmente ficará a margem dela - e não terá o direito de lamentar mais tarde.

Por tudo isto, começamos pelas coisas mais simples até atingirmos outras mais ousadas e complexas.

Que tal a função de confiança!

Tem chegado até nós, através de colegas da região como também dos colegas de outros núcleos, a distorção e abrangência que alguns dirigentes da Petrobrás vem dando à denominação "função de confiança" - que raia e atinge os limites da manipulação. Assim o simples cargo de profissional não se contém dentro dos limites da denominada função de confiança, e forçar o seu enquadramento é atingir os contornos de método tipicamente autoritário - quiçás desejar para a empresa a hierarquia militar e cobrar a obediência devida. É tempo de fazermos uma reflexão e tomarmos uma posição sobre o tema em questão! Vamos participar - não omitir - sermos ousados e decidir - termos posições de consenso e consolidadas - sermos determinados - pioneiros - a sociedade assim nos quer, talvez nos cobre - logo. O assunto está na pauta para deliberação do Conselho Deliberativo da AEPET.

Aos colegas de outras regiões aguardando comentários e sugestões (AEPET/CP - NÚCLEO DE CAMPINAS - Cx Postal 1764, CEP 13001 - CAMPINAS/SP)

Aos colegas da nossa região, por obséquio, aguardem convocação para discussão e posição sobre o tema.

AEPET/CP - NÚCLEO DE CAMPINAS

A questão das empreiteiras

Este artigo sobre a contratação excessiva de serviços de terceiros por parte da Petrobrás pretende ser o primeiro passo para a análise e discussão de um problema que atinge diversas áreas da Companhia. O resultado das discussões da diretoria da AEPET nas reuniões do Conselho Deliberativo da entidade e conta com a colaboração dos núcleos regionais. Se você tiver algum comentário a fazer entre em contato com a secretaria da AEPET.



A proibição da realização de concursos públicos para a contratação de pessoal, em especial nos anos 80, fez com que a Petrobrás fosse levada a contratar mão de obra externa sob o disfarce de serviços. A justificativa sempre foi de que as atividades contratadas não requeriam maiores especializações e que poderiam ser realizadas por empresas prestadoras de serviço. Acontece que após as restrições à admissão de novos empregados a contratação de serviços externos deixou de ser restrita às áreas como de limpeza e manutenção e estendeu-se às atividades de tecnologia de petróleo, tradicionalmente exercidas pela Petrobrás.

Esta deformação tem aumentado na mesma proporção do crescimento da oferta de mão de obra contratada. Basta um contato telefônico para se ter, à disposição, um empregado disposto a prestar serviço à Petrobrás. Para a empresa que oferece mão de obra não especializada, a contratação pela Petrobrás é um bom negócio para que seus empregados recebam treinamento de uma grande empresa, com experiência internacional. A empresa não corre riscos: ganha em cima do salário do empregado, mantém seu pessoal bem treinado e, diante de melhor oferta, o transfere para outro cliente.

Em algumas refinarias da Petrobrás ficou constatado que o valor pago às empresas prestadoras de serviço chega a ser cinco vezes maior do que o valor pago ao empregado. Mesmo se consideramos os encargos sociais, este valor oscilaria próximo ao dobro do que recebe o empregado, demonstrando o lucro abusivo que as empresas acumulam. Neste caso, a contratada era uma empresa de engenharia que retirou seus funcionários para empregá-los em outra estatal, onde, segundo o gerente do contrato, receberiam sete vezes o valor da carteira.

Os donos das empresas não têm interesse algum em que a Petrobrás volte a realizar concursos públicos para preencher vagas no seu quadro de pessoal, pois isso representaria uma perda da receita com altos lucros garantidos. Além disso, ao tomar conhecimento da existência de vagas na Petrobrás, os gerentes das empresas de prestação de serviços procuram indicar nomes de candidatos, o que constitui um risco da prática de clientelismo dentro da Petrobrás.

Embora isto acabe ocorrendo mais frequentemente para algum trabalho técnico mais especializado, onde é comum ser indicado um estagiário, tem acontecido também em outras funções, como de secretária. Nestes casos foram constatadas, algumas vezes, práticas de nepotismo, com a indicação de parentes e amigos, formando uma rede de cumplicidade, onde quem perde é a Petrobrás.

Corporativismo

O elevado contingente de contratados e a convivência diária e por longo período com os empregados do quadro de pessoal da Petrobrás têm tornado mais frequentes a defesa de propostas corporativistas em assembleias dos petroleiros, como por exemplo a realização de concursos entre os contratados para absorção dessa mão de obra pela Companhia. Não se fala em concurso público aberto a todos os interessados, inclusive os contratados e, sim, com exclusividade para estes últimos, o que demonstra um comportamento totalmente em desacordo com a tradição da Petrobrás.

Concursos

À propósito dos concursos, a AEPET enviou carta ao SERIND, há pouco tempo, alertando para alguns concursos dirigidos. O edital requeria engenheiros com determinada especialidade e que soubessem executar algum tipo de trabalho tão específico que, por coincidência, era exatamente o que fazia um engenheiro contratado. Um determinado engenheiro, já contratado, se interessou pela vaga e foi informado, num momento de sinceridade, que já tinham a pessoa que precisavam. Em suma: o concurso do especialista preenchia apenas as formalidades.

Embora o estágio oferecido a estudantes nunca tenha sido um meio de ingresso na Companhia, nos tempos atuais tem facilitado

bastante. No Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), por exemplo, é comum casos de estudantes que são admitidos após o período de estágio através de concursos que exigem exatamente as habilitações apresentadas pelo candidato ou, na maioria das vezes, a candidata, estagiária.

Ora, a tradição da Petrobrás é realizar concursos públicos em todo o território nacional, formando seu pessoal ao invés de requisitar qualquer experiência anterior. A atitude precipitada de contratar o profissional com a máxima urgência, ao invés de investir no seu preparo técnico, tem levado a Companhia a admitir mão de obra menos qualificada.

Quanto ao salário pago aos contratados, o valor é definido em função da profissão e do momento de admissão do empregado. No nível médio, por exemplo, os salários pagos são bem menores que os pagos na Petrobrás. No nível superior há exemplos de salários maiores e menores, dependendo do contrato. Os dois casos, entretanto, geram problemas internos na comparação dos rendimentos, com evidentes quedas de produtividade.

Crescimento dos contratados

O número de contratados na Petrobrás tem crescido de forma alarmante, fruto do aumento das atividades na Companhia, da proibição da realização de concursos para contratação de pessoal e da política deliberada de transferir às empreiteiras atividades anteriormente desenvolvidas pela empresa.

A obtenção destes números não é fácil. O presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, solicitou informações a vários órgãos da Companhia para saber o número de contratados. As respostas vieram de tal forma confusa e concisa, que foi necessário refazer o pedido. Há um receio de que se descubra o que todos já sabem: existe um número exagerado de

contratados na Petrobrás. Quando se diz que o número é demasiado não se está querendo afirmar que os profissionais contratados não tenham o que fazer (embora isto possa estar ocorrendo), mas que é inadmissível que o número seja tão elevado.

Hoje, em vários locais, o pessoal contratado é mais numeroso do que o do quadro próprio da Petrobrás, que acaba funcionando como fiscal, deixando de executar suas atividades, o que vai evidenciando a perda de tecnologia. Nas refinarias, por exemplo, as Divisões de Manutenção (DIMAN) já possuem dois terços do pessoal contratado contra um terço próprio. Na área de projetos, o quadro é ainda mais preocupante. Além disso o aumento em demasia do pessoal contratado leva a uma acomodação nefasta dos empregados da Petrobrás de difícil reversão.

Nos setores de produção e de perfuração, onde a participação de sondas no mar já é de cinquenta por cento, chega-se a afirmar que a área de manutenção em Macaé opera com dois mil contratados. Soma-se a tudo isso o fato de que as equipes contratadas não recebem o devido treinamento quanto à segurança e pode-se passar a entender acidentes como o ocorrido com a Pozos, com danos pessoais e materiais que, em última instância, são debitados à Petrobrás.

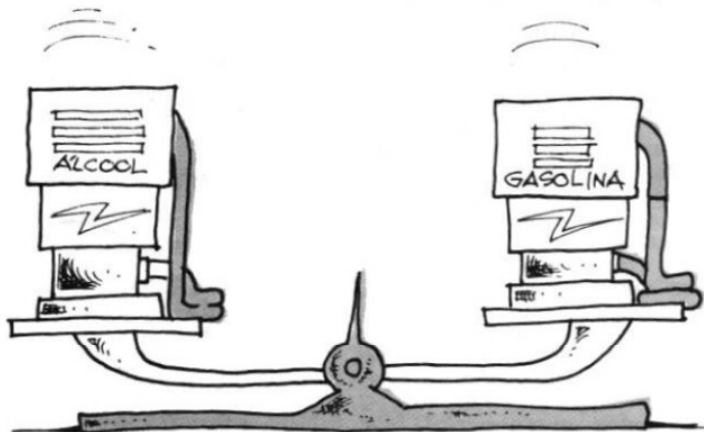
Uma característica comum a todos os contratados é a reciclagem. Na atividade de projeto, quando ocorre alguma revisão, o executante do projeto não está no setor, pois foi relocado para outra companhia estatal, como mão de obra. A diferença de contratar o serviço, em vez da mão de obra, é que a empresa de consultoria tem a responsabilidade do trabalho. Ao passo que na contratação da mão de obra, a responsabilidade fica sendo da Petrobrás. Para isso há que se definir o que a Companhia deve executar e o que contratará. Quando for de sua responsabilidade deve utilizar pessoal próprio devidamente treinado e com procedimentos internos.

Das atividades exercidas pela Petrobrás, aquelas a cargo do Cenpes certamente estarão entre as menos passíveis de contratação. A situação atual é preocupante. O Cenpes tem 1620 empregados efetivos. Nos contratos permanentes existem 520 pessoas, sendo 300 em atividades de apoio. Do total de contratados, noventa por cento são de nível médio e dez por cento de nível superior. Existem, além dos permanentes, 150 contratados para projetos, temporariamente. E, finalmente, 30 consultores e 120 estagiários. Deste total estão excluídos o pessoal do café, da limpeza e outros que somam 200 pessoas.

Os contratos estão sendo utilizados em várias unidades operacionais, como substitutos de operações em caso de greve. As consequências, além do péssimo clima que esta circunstância propicia entre os trabalhadores, são a insegurança e o risco de acidentes pessoais e com as instalações da empresa.

Juridicamente, a contratação de mão de obra com o disfarce de serviço é ilegal. Os sindicatos têm colocado a questão das empreiteiras como uma das mais importantes. A solução da questão tem que passar obrigatoriamente pela definição de uma política de contratação de serviços, reservando à Petrobrás as atividades da tecnologia de petróleo.

A experiência da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), estatal argentina de petróleo, demonstra o risco da contratação exagerada: a empresa vem perdendo tecnologia, transformando-se em caixa pagadora de faturas. Isto deve servir como um alerta à direção e aos funcionários da Petrobrás.



Combustíveis: Custo e poluição

A economia determina que se utilize sempre a energia mais barata. O estágio tecnológico atual faz com que os veículos sejam equipados com motores de combustão interna cujos combustíveis, por questão de preço, são derivados de petróleo: a gasolina nos motores de ciclo Otto, e o óleo Diesel, nos motores do ciclo Diesel, escolhidos em função do balanço entre utilização e rendimento. Outras fontes, como, por exemplo, a eletricidade, ainda são experimentais.

Por outro lado, como toda combustão gera gases, a queima de derivados de petróleo resulta na emissão de poluentes que se tornam perigosos para a saúde humana nas grandes metrópoles acima de 5 milhões de habitantes onde o automóvel seja utilizado em larga escala e cuja topografia não garanta boa ventilação, como em Los Angeles, Cidade do México, Tóquio e São Paulo. Buscam-se, então, meios para a redução da emissão de poluentes como os filtros catalíticos - caros e de duração limitada -, os motores mais eficientes - com injeção eletrônica - e os aditivos oxigenados para a gasolina como o MTBE e os alcoóis. Nos EUA o álcool metílico (metanol), sintetizado a partir do petróleo, está sendo adicionado (5%) à gasolina, em caráter experimental. A Cidade do México vai, agora no inverno setentrional, adicionar MTBE à gasolina.

No Brasil a adição à gasolina de 22% de álcool etílico (metanol), obtido da cana-de-açúcar, reduziu a emissão de poluentes, o que se mostrou útil no inverno paulistano. Além disso melhorou a octanagem da gasolina e serviu para amortecer os efeitos da queda do preço internacional do açúcar no início da década.

Já a utilização do álcool etílico hidratado, puro, como combustível nos motores de automóvel no Brasil, em substituição à gasolina, partiu da premissa de que o preço do petróleo ultrapassaria os US\$ 50/barril, o que lhe daria economicidade e ajudaria a diminuir o dispêndio de divisas. Nada disso aconteceu. O preço do petróleo desceu abaixo de 20 dólares o barril, ao mesmo tempo que nossa produção interna foi triplicada e o consumo estagnou, reduzindo-se drasticamente o gasto de divisas. Então, em vez de reter o crescimento do álcool, chegou-se a um excesso de alcoolização

da frota de automóveis, que expulsou a gasolina do mercado interno, obrigando a sua exportação, de forma desvantajosa, distorcendo o perfil do mercado de derivados. Há, pelo menos, três anos clama-se por uma correção de rumo, a fim de limitar a frota no nível da oferta do álcool carburante e abolir os incentivos fiscais e o preço gravoso (fatores inflacionários). Nada se fez. Hoje chegamos à beira do colapso. A demanda excede a produção de álcool. E nem assim se suspende a montagem de mais carros a álcool, o que aumenta a disputa do combustível escasso.

Ao invés de um contingenciamento do consumo, ao longo de doze meses, que permitiria aguardar a safra de 1990, e que seria obtido sem gerar mercado negro via aumento de preço, pretende-se suprir a carência de álcool com o acréscimo de um terço de metanol, sem levar em conta sua toxidez. No verão brasileiro, quando seu uso seria implementado, a alta volatilidade do metanol e a inexistência de dispositivos de recuperação de vapores nos postos e nos carros agravarão o risco de seu uso como combustível automotivo. Em vez de aditivo (5%), o metanol será um componente (33%) do novo coquetel combustível. Não se fala no novo preço que o álcool deveria ter para cobrir este custo adicional. Haverá ainda dispêndio de dólares que queríamos poupar. Tudo isso para manter o mercado do álcool caburante cativo para os seus produtores e evitar a conversão dos carros para a gasolina, abundante no país.

Mas se todos esses absurdos ocorrem, ainda há coisas piores que podem vir por trás desta "solução". É que começam a se "mexer os pauzinhos" para a retomada de projeto de produção de metanol no país, para fim combustível. Isto provavelmente demandará licenciamento de tecnologia estrangeira, o que será uma porta aberta para que o capital alienígena venha a participar e disputar o mercado brasileiro dos derivados de petróleo, inserindo uma cunha no monopólio estatal, que, no fim paga a conta. Mais uma vez seremos os únicos no mundo com o passo certo, rumo ao abismo...

GT do Álcool

Divisão do DECOM

A divisão do Departamento Comercial da Petrobrás (DECOM) tem sido um tema de constante preocupação da AEPET. Em abril de 1989, a AEPET divulgou Boletim Extra (veja box com reprodução), analisando e criticando as mudanças que eram anunciadas no DECOM sem que houvesse uma discussão mais detalhada sobre o assunto.

A partir daí iniciou-se um processo de discussão com a participação de equipes do SEDDES e do SERPLAN, sendo que a avaliação propriamente dita foi realizada em dezembro de 1989, após vários meses de trabalho.

O processo de discussão, segundo informações colhidas pela AEPET, continuará em 1990, com maior participação dos empregados. Vale lembrar que os técnicos do DECOM, em sua grande maioria, se posicionaram contra a divisão do Departamento, defendendo a manutenção das atividades de comercialização e suprimento dentro do órgão e sugerindo uma série de alterações de forma a acompanhar a constante evolução dos mercados interno e externo.

Ainda segundo técnicos do DECOM, as atividades de comercialização externa de muitos bilhões de dólares, referentes ao abastecimento nacional, devem continuar sob a responsabilidade do Departamento.

Outra questão que tem preocupado os técnicos do DECOM é a possível divisão da Petrobrás em várias empresas, através da transformação dos departamentos ou unidades operacionais em subsidiárias que, posteriormente seriam privatizadas, conforme vem sendo divulgado na imprensa. Este assunto, entendemos, deve merecer um maior aprofundamento dentro do Planejamento Estratégico da Companhia.

A AEPET entende que qualquer modificação organizacional — criação ou extinção — nos órgãos da Petrobrás só deve ser feita após ampla consulta aos empregados e respeitando os termos da Lei 2.004. De acordo com o plano estratégico da Petrobrás cabe à Companhia, assegurar o abastecimento do mercado

nacional de óleo, gás natural e derivados através das atividades definidas na Constituição e na Lei 2.004, de forma rentável e aos menores custos para a sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento do País.

Fica a experiência do processo de discussão, que deve continuar, de forma a manter a

Petrobrás unida, como grande conglomerado petrolífero integrado, preservando-se e aumentando a competitividade do País no setor mundial de petróleo, de forma a obter melhores resultados para a sociedade brasileira dentro dos pressupostos básicos da economia de escala e integração.



Divisão do DECOM: Está faltando transparência

Após haver naufragado no Congresso Nacional, a ideia da OVERSEAS volta à tona na direção da Petrobrás. O Conselho de Administração da Companhia deverá analisar, nesta terça-feira, dia 25, a proposta de desmembramento do Departamento Comercial a partir da separação das atividades de comercialização e de suprimento de petróleo e derivados. Esta notícia está sendo divulgada no âmbito do DECOM.

Surpreendentemente o documento que está sendo submetido à análise do Conselho de Administração é o resultado de um estudo de um grupo de trabalho cujas conclusões foram apresentadas há cinco meses, mas até o momento não foram divulgadas ao Conselho. Os objetivos a serem alcançados com o desmembramento do DECOM são os mesmos que se pretendia atingir com a Petrobrás OVERSEAS.

Existe, entretanto, uma diferença fundamental entre a experiência do passado e a atual. A ideia da OVERSEAS não conseguiu convencer o Congresso Nacional, embora os argumentos que inspiraram a criação da subsidiária no exterior continuem sendo os mesmos. Hoje, assegurados nos bastidores da empresa, seus patrocinadores tentam aprovar a mesma proposta, desta vez disfarçada de uma simples reformulação na estrutura empresarial da Companhia, subtraindo o assunto de análise dos parlamentares. Este tipo de procedimento faz o mesmo que deu origem há cerca de três semanas ao Serviço de Administração — REPAD —, registrando um fato

inédito na Companhia ao se criar um órgão sem o indispensável parecer do Serviço de Planejamento. Na mesma direção, e também aos socinhos, discute-se na Petrobrás a transformação de uma série de órgãos em empresas independentes como, por exemplo, suas refinarias, regiões de produção e de perfuração, entre outras.

Propor o desmembramento da Petrobrás é tentar entoaçá-la, criando condições para privatizá-la. Vale lembrar, ainda, que tentativas não falharam neste sentido, patrocinadas pelo Governo, como os projetos de lei 6998/85, 490/86, 616/88 e a recente medida provisória número 25.

A AEPET entende que lutar em defesa do objetivo maior da Petrobrás — a preservação do monopólio do petróleo — é combater medidas isoladas como os decretos — os chamados. Mas é também impedir que sejam colocadas em prática propostas que agudam a fragmentação da Companhia. Afinal, o setor petróleo integrado, para maior eficiência e competitividade, precisa de economia de escala.

Por isso não podemos aceitar agora que, de forma atacadista, a proposta de reestruturação de uma das atividades centrais do monopólio, ou seja, a comercialização e o suprimento de petróleo e derivados, seja feita fora de um planejamento estratégico. E que não se entenda como um conjunto de iluminados.

Por fim nos parece desnecessário lembrar à direção da Petrobrás o preceito constitucional de necessidade de transparência à administração pública.

Texaco devolve área de risco à Petrobrás

Quase dois anos após o então presidente José Sarney anunciar à Nação a descoberta de um gigantesco reservatório de petróleo na Ilha de Marajó, contemplando volumes próximos a 20 bilhões de barris, a multinacional Texaco que explorava a região através de um contrato de risco firmado em 1984, acaba de devolver o bloco à Petrobrás sem haver descoberto uma gota sequer de óleo, após haver investido 71 milhões de dólares.

No último dia 20 de março a Texaco decidiu devolver à Petrobrás a área que vinha explorando na Ilha de Marajó, no Pará, após haver perfurado cinco poços sem sucesso. A multinacional ainda poderia prorrogar por mais um ano as atividades exploratórias em Marajó, mas preferiu suspender os trabalhos, encerrando assim mais um capítulo da luta contra os contratos de risco no Brasil.

A farsa de Marajó

No dia 31 de maio de 1988 o País foi sur-

preendido com a notícia da existência de reservas gigantescas de petróleo na Ilha de Marajó — comparáveis apenas aos grandes reservatórios do Mar do Norte — anunciada pelo presidente da República, em horário nobre, pela televisão. Para os mais desavisados a notícia era promissora. Para os empregados da Petrobrás e para a imprensa especializada no setor petróleo tratava-se de uma farsa, montada com o claro pretexto de sensibilizar o Congresso Nacional a votar — nos dias seguintes ao anúncio — os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Por outro lado a Texaco também saiu favorecida, registrando alta cotação de suas ações no mercado internacional.

Assim que a AEPET tomou conhecimento da notícia acionou a imprensa para denunciar a "farsa da Ilha de Marajó". Com o parecer de técnicos do DEPEX e da SUPEX demonstrou que seria impossível estimar o volume de um suposto reservatório de petróleo sem que antes fossem realizados os testes de produção e de

perfilagem. A trama foi desvendada, mas os cinco anos conseguiram ser aprovados.

O episódio da exploração de petróleo na Ilha de Marajó pela Texaco não termina aí. Mais tarde o então presidente da Petrobrás, Ozires Silva, apoiado no parecer do então Procurador-geral da República, Saulo Ramos, propôs a associação da Petrobrás à multinacional para prosseguir os trabalhos exploratórios na região. A proposta foi mal recebida pelo corpo técnico da Petrobrás e não chegou a ser colocada em prática.

Enfim, registramos o fim de mais uma experiência com contratos de risco para exploração de petróleo no Brasil. Como a AEPET sempre pregou, a Petrobrás está perfeitamente qualificada para encontrar petróleo no subsolo brasileiro. A presença maciça de multinacionais atuando nesta atividade sempre representou um risco para a manutenção do monopólio estatal do petróleo. E, além do mais, nunca deu bons resultados.